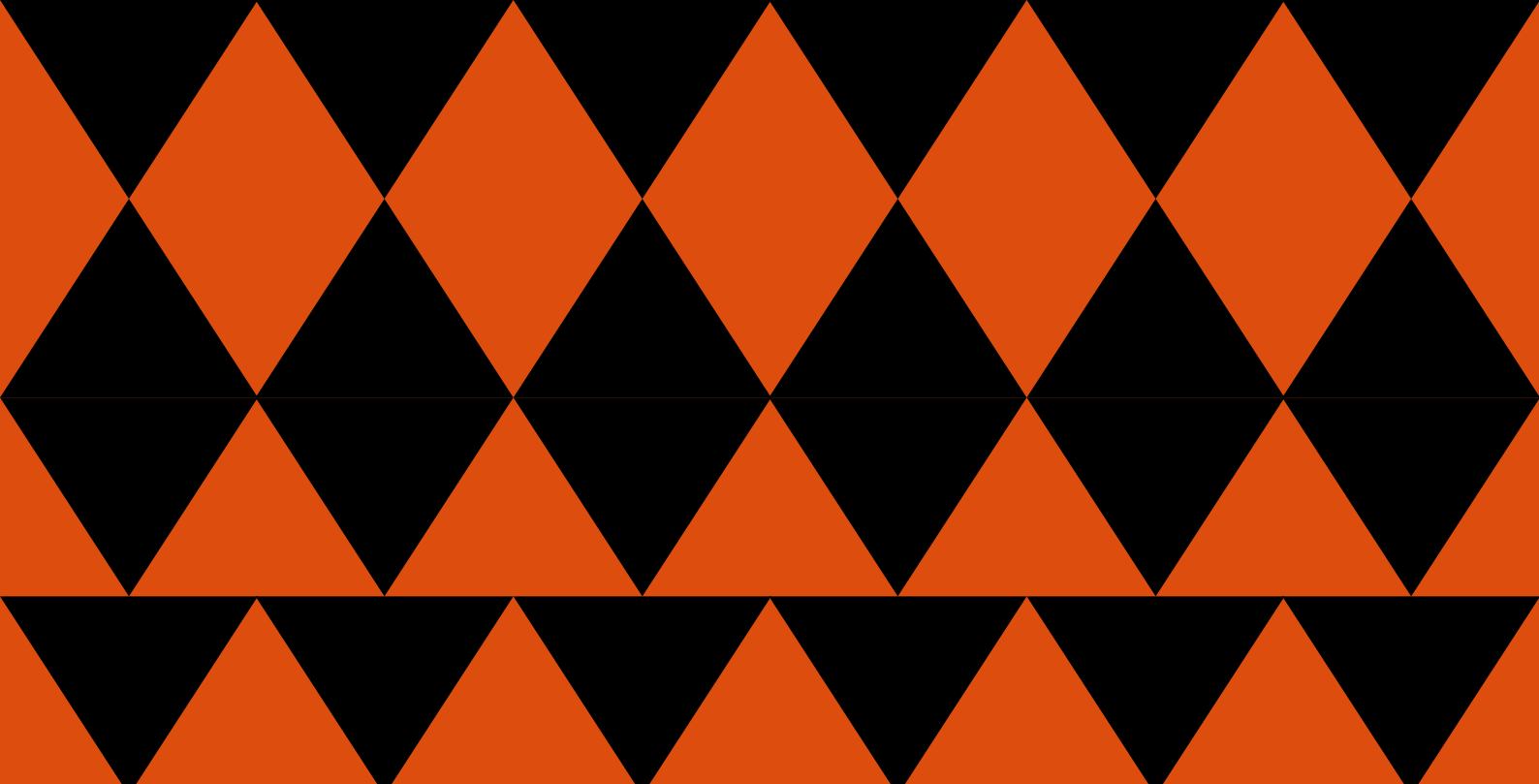




ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA A MÚSICA

REDE MÚSICA BRASIL

**REDE
MÚSICA
BRASIL**

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES
funarte 50
ANOS

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Presidência da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidência
Geraldo Alckmin

Ministra de Estado da Cultura
Margareth Menezes da Purificação

Secretário Executivo do Ministério da Cultura
Márcio Tavares dos Santos

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES (FUNARTE)

Presidenta
Maria Marighella

Diretor-executivo
Leonardo Lessa

Chefia de Gabinete
Patricia Campolina

Diretora do Centro de Artes Visuais
Sandra Benites

Diretor do Centro de Circo
Marcos Teixeira

Diretor do Centro de Dança
Rui Moreira

Diretora do Centro de Música
Eulícia Esteves

Diretora do Centro de Teatro
Aline Vila Real

Diretor de Memória, Pesquisa
e Produção de Conteúdos
Glauber Coradesqui

Coordenadora Geral
de Comunicação
Paula Berbert

Coordenadora Geral de Difusão
Carila Spengler Matzenbacher

Coordenadora Geral de Fomento
Luisa Hardman

Coordenador Geral de Orçamento
e Administração
Filipe Pereira de Aguiar Barros

Coordenador Geral de Patrimônio
e Tecnologia
Paulo Henrique da Costa Barros

GT1

**GESTÃO
PÚBLICA**



1

CONJUNTURA ATUAL

PRINCIPAIS ASPECTOS

Este documento compila as diversas discussões realizadas no GT 1, com o tema Gestão Pública, do Encontro da Rede Música Brasil, ocorrido entre os dias 11 e 14 de dezembro de 2024, na 20ª edição da Feira da Música, no Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo, Crato – Ceará.

O grupo de trabalho discutiu temas como a estruturação e institucionalização da Rede Música Brasil; Criação do Fundo Setorial da Música; Criação da Agência Nacional de Música; Direitos autorais, streaming e inteligência artificial e fortalecimento do setor musical no Brasil.

As discussões contaram com a participação e contribuição de diversos atores do setor cultural, incluindo artistas, representantes de instituições (associações, coletivos, fóruns) e entidades privadas, públicas e governamentais. As principais pautas debatidas passam a retomada da Rede Música Brasil, a criação de um Fundo Setorial da Música; criação da Agência Nacional da Música, a regulamentação do *streaming*, e a necessidade de mobilização e organização do setor musical para enfrentar desafios políticos e econômicos.

Cabe destacar a importância de uma articulação eficaz entre as entidades culturais e o governo, de forma propositiva, com propostas de ações concretas para fortalecer o ecossistema da música brasileira.

ESTRUTURAÇÃO DA RMB

- ⊛ A Rede Música Brasil encontra-se em fase de estruturação / formalização;
- ⊛ A Funarte apoia a retomada da Rede, mas há demanda do campo (entidades e instituições) para que ela se estruture de forma autônoma, neste primeiro momento;
- ⊛ Deve-se contemplar a diversidade dos segmentos da música, bem como a diversidade regional.

FINANCIAMENTO E FUNDO SETORIAL DA MÚSICA

- ⊛ Recursos públicos para a música têm sido direcionados por meio de vários mecanismos de fomento. Atualmente, não existe um sistema setorial da música, nem um sistema nacional de financiamento do setor. Faz-se necessário a construção de um pacto federativo para a sistematização das políticas nas três esferas;
- ⊛ Está em tramitação uma proposta de criação de fundo por meio da taxação do streaming – (CONDEMÚSICA (PL 3431/2021)).

REGULAÇÃO: DIREITOS AUTORAIS

- ⊛ Regulação dos streamings de música;
- ⊛ Os músicos e intérpretes não recebem os direitos conexos das plataformas de streaming de música através do ECAD. As gravadoras revogaram do ECAD o mandato para distribuição dos direitos conexos. As gravadoras passaram a receber os direitos conexos de execução pública, o que não é permitido por Lei.

AGÊNCIA NACIONAL DA MÚSICA:

- ⊛ Demanda histórica, vista como essencial para regular e fortalecer o setor musical no Brasil;

- ⊛ **A demanda já se fazia presente em documentos mais antigos, como a Carta de Recife e a Carta de BH;**
- ⊛ **A criação da agência é uma demanda urgente, que precisa ser iniciada simultaneamente à criação do Fundo Setorial da Música. A medida foi aclamada como uma das 30 propostas prioritárias da 4º Conferência Nacional de Cultura.**

2

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

ESTRUTURAÇÃO DA RMB:

1. Instituir a Rede Música Brasil como instância de participação e articulação dos movimentos, entidades e associações do setor musical;
2. Debater e estabelecer o sistema de Governança da RMB.

FINANCIAMENTO E FUNDO SETORIAL DA MÚSICA

3. Criação do Fundo Setorial da Música (FSM);
4. Buscar fontes de recursos para o FSM;
5. Criação da Contribuição para o Desenvolvimento do Setor Musical Brasileiro (CONDEMÚSICA (PL 3431/21));

REGULAÇÃO: DIREITOS AUTORAIS

6. Regular a distribuição de direitos conexos para os músicos no streaming de música;

AGÊNCIA NACIONAL DA MÚSICA

- 7. A agência deve ser criada simultaneamente ao Fundo, para garantir a sustentabilidade de suas ações;**

ESTRUTURAÇÃO DA RMB

- ⊛ Estabelecer os aspectos estruturantes para a institucionalização da RMB;

3

AÇÕES PRIORITÁRIAS RELACIONADAS AOS OBJETIVOS

- ⊛ Realizar Assembleia de constituição/retomada da RMB (realizada em 13 de dezembro de 2024);
- ⊛ Definir e criar um canal de comunicação para discussão contínua dos integrantes da Rede;
- ⊛ Articular a RMB às instâncias de participação social no governo federal.
- ⊛ Promover a ampla estruturação dos segmentos que compõem a RMB, entendendo que nem todos estão organizados;
- ⊛ Definição e nomeação de uma comissão de representação da RMB para interlocução com os Poderes Executivo e Legislativo;
- ⊛ Criação de comissão para acompanhamento e discussão sobre as tramitações no legislativo.
- ⊛ Criação de uma comissão para discutir assuntos relacionados ao universo do direito autoral, especialmente ao streaming / direitos conexos. O grupo é composto por: Heloísa (mediadora); Teo Ruiz; Gilberto Monte; Daniel Neves; Renio

Quintas, Vanessa Schutt; Aíla; Andrea Francez; Guta Braga; Cecília Rabelo; Michaela; Caio; Dani Ribas; Felipe Llerena; Pena, Isabel Amorim.

- ⊗ **Criação de comissão para discussão e elaboração de estratégias para a fundação da agência nacional da música. O grupo é composto por: Luciana Adão (mediadora); Ricardo Appezzato; Sara Loiola; José Geraldo; Melina; Renio Quintas; Esso Alencar; Daniel Neves; Talles Lopes; William Mendonça; Teo Ruiz; Lairton Oliveira; Gláfira Lobo.**

FINANCIAMENTO E FUNDO SETORIAL DA MÚSICA

Fazer uma interlocução com agentes do legislativo para articular a criação do fundo (CONDEMUSICA);

Debater possíveis fontes de recurso para o Fundo Setorial da Música (IPI de instrumentos musicais; ECAD; ICMS; ISS; *Big Techs*; plataformas de *streaming*; rádios comerciais, contribuição sobre o uso de dados para a circulação de música, taxaço de grandes shows nacionais e internacionais; recursos do áudio recolhidos pela ANCINE, além da taxaço sobre os cachês dos artistas estrangeiros).

DIREITOS AUTORAIS

- ⊗ **Fortalecer a defesa dos direitos autorais e outras pautas da música na capital federal (Executivo, Legislativo e Judiciário);**
- ⊗ **Atuar no sentido de solucionar a questão do repasse dos direitos conexos no streaming de música**
- ⊗ **Observar a capacidade de produção de música em massa por IA, que levanta preocupações sobre a violação da Lei de Direitos Autorais;**
- ⊗ **Continuar a mobilização de artistas para participarem ativamente das discussões sobre direitos autorais;**

- ⊛ Criação de uma comissão específica para discussão sobre Direitos Autorais;

AGÊNCIA NACIONAL DA MÚSICA

- ⊛ Defender a criação da ANM como órgão regulador para o setor musical.
- ⊛ Organizar comissões de trabalho para cada frente, estabelecendo deveres, metas e planos de ação para cada uma delas.

4

**RESPONSÁVEL
PRINCIPAL E
POSSÍVEIS PARCEIROS
PARA ARTICULAÇÃO
DAS AÇÕES**

**(PÚBLICOS, PRIVADOS, COLETIVOS,
SOCIEDADE CIVIL).**

5

POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DA REDE MÚSICA BRASIL NOS TEMAS DISCUTIDOS

- ⊛ Contribuir para a ampla discussão do CONDEMÚSICA (PL 3431/21) no Congresso;
- ⊛ Debater sobre a possibilidade de articulação da RMB com a Frente Parlamentar da Música, a ser renovada;

FUNDO DA MÚSICA

- ⊛ Contribuir com discussões sobre fontes de arrecadação e monitorar a tramitação de legislações relacionadas.

DIREITOS AUTORAIS:

- ⊛ Articular com o ECAD e as associações de titulares de direitos autorais e conexos para promover a transparência e ampliar a comunicação;

RMB FORMALIZADA

- ⊛ Consolidar-se como fórum central de debates, integrando atores regionais, setoriais e institucionais.

AGÊNCIA NACIONAL DA MÚSICA:

- ⊛ Ser a principal articuladora entre o setor musical e o governo para garantir a criação da agência.

INCLUSÃO REGIONAL:

- ⊛ Facilitar o diálogo entre redes locais e regionais, promovendo maior representatividade e integração.

6

RESULTADOS ESPERADOS

RMB FORMALIZADA

- ⊛ Rede estruturada e funcional, capaz de coordenar ações e representar os interesses do setor.

FUNDO SETORIAL DA MÚSICA

- ⊛ Criação de um fundo robusto que garanta sustentabilidade financeira para o setor musical e fomenta iniciativas inclusivas;
- ⊛ Maior equidade na distribuição de recursos públicos.

DIREITOS AUTORAIS

- ⊛ Um sistema regulatório moderno e eficiente, que proteja os direitos dos artistas e promova a inovação tecnológica no setor musical.
- ⊛ Maior transparência e justiça na remuneração de artistas e produtores em plataformas digitais.

AGÊNCIA NACIONAL DA MÚSICA:

- ⊛ Uma autarquia consolidada, responsável pela regulação e fortalecimento do ecossistema musical.

O **Plano Estratégico** foi concebido segundo a metodologia de pesquisa-ação, sendo esta uma forma de pesquisa interativa que visa

compreender as causas de uma situação e produzir mudanças. É uma estratégia de colaboração e aprendizagem em projetos individuais ou ações em equipes. Assim, no primeiro momento sugere-se o levantamento da conjuntura, consolidando a visão dos grupos sobre os principais fatores a serem considerados no Plano, de forma que os resultados esperados no final sejam as mudanças que se quer alcançar a partir das estratégias e do engajamento dos diferentes atores reunidos no Encontro.



GT2

DIFUSÃO

(AÇÕES CONTINUADAS)

1

CONJUNTURA ATUAL

PRINCIPAIS ASPECTOS

A música brasileira enfrenta desafios significativos, como a falta de infraestrutura e apoio contínuo para a circulação e promoção de cenas musicais, especialmente para artistas independentes e de música autoral. Há uma escassez de editais e patrocínios voltados para casas de shows e espaços culturais, o que limita as oportunidades de fomento à cultura musical. Além disso, a falta de políticas públicas específicas para o setor e a dificuldade de acesso a financiamento dificultam o desenvolvimento sustentável de muitas casas de show, especialmente em cidades do interior.

2

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- ⊛ Criar comissão para dialogar com estatais e órgãos públicos e privados da área cultural para uma melhor compreensão das realidade e da cena musical brasileira
- ⊛ Recriação e constituição das Casas Associadas de forma a fazer uma rede de espaços de casas de show autoral
- ⊛ Acionar na Rede Música Brasil profissionais que possam verificar a viabilidade jurídica de ideias e projetos junto à legislação brasileira
- ⊛ Publicizar ações de sensibilização para o público compreender a complexidade do setor musical com a criação de uma comissão de comunicação

3

AÇÕES PRIORITÁRIAS RELACIONADAS AOS OBJETIVOS

POLÍTICA E LEGISLAÇÃO

- ⊛ Estabelecer uma política setorial permanente para a música, que garanta apoio contínuo a espaços culturais e festivais, criando condições sustentáveis para o crescimento do setor.

Reponsáveis: Rede Música Brasil, Funarte e Fórum dos Secretários

- ⊛ Articulação do MinC/Funarte com as estatais e o SESC SP para destinar investimentos a projetos que promovam a música autoral com diversidade e inclusão regional, além de tornar essa demanda uma exigência pública.

Responsáveis: Minc, Funarte, Rede Música Brasil

- ⊛ Dialogar ainda com o SESC SP para retomar investimentos em circulação de shows e artistas a nível nacional com custeamento de passagens.

Responsável: Rede Música Brasil

- ⊛ Estatais e órgãos do poder público precisam dialogar mais com a sociedade civil e com os fazedores de eventos para evi-

tar concorrência desleal em projetos especiais que recebem verba em detrimento ao apoio da cena local. Responsáveis: Rede Música Brasil e Fórum dos Secretários de Cultura

- ⊛ **Equacionar o uso de recursos públicos (Leis de Incentivo, PNAB, etc) para financiamento de projetos de uso e autoria do poder público sem mau uso da verba.**

Responsáveis: Rede Música Brasil e Fórum dos Secretários de Cultura

- ⊛ **Pleitear a inclusão do segmento musical no programa Voa Brasil de passagens com desconto (Ministério de Portos e Aeroportos), visando garantir redução de custos para músicos em turnês.**

Responsáveis: Rede Música Brasil, Funarte, Ministério de Portos e Aeroportos

- ⊛ **Trabalhar junto ao Fórum de Secretários Estaduais para garantir a implementação de editais de circulação nos estados, com critérios que favoreçam a participação em festivais e casas de show autoral.**

Responsáveis: Rede Música Brasil e Fórum dos Secretários de Cultura

- ⊛ **Editais que possam ser integrados diretamente para beneficiar a cena local com a contratação de técnicos e shows de projetos aprovados para casas de show em cada cidade/estado.**

Responsáveis: Rede Música Brasil e Funarte

- ⊛ **Criação de programas de apoio à manutenção de grupos estáveis, priorizando-se orquestras de música de concerto, orquestras populares e bandas de música tradicionais (bandas de coreto, bandas sinfônicas e filarmônicas)**

Reponsável: Rede Música Brasil e Funarte

FORTALECIMENTO DE CASAS DE SHOW

- ⊛ **Mapeamento de espaços de show de pequeno e médio porte.**

Responsáveis: Rede Música Brasil

- ⊛ **Criar uma rede de casas de show, identificando e mapeando as casas para fortalecer a circulação de música em diversas regiões.**

Responsáveis: Rede Música Brasil

- ⊛ **Incentivar o intercâmbio entre as cenas musicais locais e outras regiões com o estímulo ao compartilhamento de shows com atrações locais e regionais, criando uma rede que promova a música de diferentes estilos e pessoas.**

Responsáveis: Rede Música Brasil

- ⊛ **Propor fomento periódico para casas de show e oferecer capacitação para a abertura de novas casas através de programas como o do Sebrae para negócios.**

Responsáveis: Rede Música Brasil e Fórum dos Secretários de Cultura

- ⊛ **Estabelecer chamadas regulares e aperfeiçoar os editais existentes para casas de shows, incentivando a participação de novos projetos e grupos musicais, além de facilitar o acesso e a visibilidade para artistas locais. Responsáveis: Rede Música Brasil e Funarte**
- ⊛ **Estimular o compartilhamento de cases de sucesso e a replicação de ideias e ações bem-sucedidas entre casas de show, festivais e agentes culturais.**

Responsáveis: Rede Música Brasil

- ⊛ **Trabalhar por isenção de impostos para espaços culturais de shows ao vivo assim como acontece com as igrejas, além de facilitar a legislação municipal com menos burocracia para licenciamento destes locais de forma que não impeça seu fun-**

cionamento no fomento à cena noturna de música autoral.

Responsáveis: Rede Música Brasil

FINANCIAMENTO E INCENTIVOS

- ⊛ **Estimular a captação de patrocínios para casas de show e festivais, utilizando leis de incentivo, editais e parcerias com o poder público como mecanismos de apoio.**

Responsáveis: Rede Música Brasil e Fórum dos Secretários de Cultura

- ⊛ **Implementar o modelo de matchfunding do BNDES, oferta de crédito, microcrédito e financiamento pelo BNB para fortalecer as casas de show.**

Responsáveis: Rede Música Brasil, BNB, BNDES

- ⊛ **Utilizar o modelo britânico de reinvestimento para fomentar novos investimentos através da arrecadação de grandes eventos.**

Responsáveis: Rede Música Brasil

- ⊛ **Criar editais exclusivos para festivais de música, com foco em renovação e fomento a artistas novos.**

Responsáveis: Rede Música Brasil, Fórum dos Secretários de Cultura, Funarte

- ⊛ **Criação de categorias da PNAB em editais estaduais e municipais para apoiar eventos e festivais calendarizados e já estabelecidos com mais de cinco edições, assim como são os filiados da Abrafin.**

Responsáveis: Rede Música Brasil, Fórum dos Secretários de Cultura, Funarte, Abrafin

- ⊛ **Realizar campanhas de conscientização do público para promover o retorno aos shows ao vivo.**

Responsáveis: Rede Música Brasil

CIRCULAÇÃO DE MÚSICA E PROJETOS

- ⊛ **Ampliar e diversificar as rotas de circulação da música brasileira, garantindo que projetos musicais circulem mais frequentemente em festivais e casas de show, especialmente em regiões fora dos grandes centros urbanos. Isso inclui a circulação de orquestras, bandas de música tradicionais, filarmônicas e óperas, ampliando a presença de diferentes estilos musicais em novos mercados.**

Responsáveis: Rede Música Brasil

- ⊛ **Integrar instituições culturais às cenas musicais de cada região, criando chamadas públicas que incentivem a participação de novos artistas em shows e eventos, fortalecendo as casas de show locais e promovendo a diversidade cultural nas diferentes regiões do Brasil.**

Responsáveis: Rede Música Brasil

4

RESPONSÁVEL PRINCIPAL E POSSÍVEIS PARCEIROS PARA ARTICULAÇÃO DAS AÇÕES

**(PÚBLICOS, PRIVADOS, COLETIVOS,
SOCIEDADE CIVIL).**

Elencados nos objetivos.

5

POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DA REDE MÚSICA BRASIL NOS TEMAS DISCUTIDOS

Elencados nos objetivos.

6

RESULTADOS ESPERADOS

A sustentabilidade das ações continuadas e um diálogo contínuo e produtivo entre a sociedade civil, a gestão pública e demais instituições do mercado.

GT2

DIFUSÃO
(COMUNICAÇÃO -
RÁDIO E JORNALISMO
CULTURAL)



1

CONJUNTURA ATUAL

PRINCIPAIS ASPECTOS

A situação atual revela uma lacuna na estrutura e financiamento das emissoras de rádio públicas e educativas, assim como uma falta de integração efetiva entre as redes de comunicação e a produção cultural e musical no Brasil. Há carência de mecanismos consistentes para alavancar a diversidade cultural e promover o jornalismo musical independente, além de poucos recursos destinados à radio-difusão musical e infraestrutura de produção e transmissão.

2

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- ⊛ Reaproximar os festivais de música das rádios públicas.
- ⊛ Realizar o mapeamento de emissoras públicas, educativas, universitárias e afins nos estados por meio da EBC/RNCP – Rede Nacional de Comunicação Pública/Rádio.
- ⊛ Estimular a participação de emissoras de rádios públicas em eventos culturais, por meio da EBC/RNCP tendo como base o calendário de eventos da Abrafin em parceria para transmissão e gravação de shows, além da produção de conteúdos diversos para outras plataformas de áudio.
- ⊛ Aumentar acervo e fonogramas disponíveis com sensibilização de gestores e programadores musicais de emissoras públicas.
- ⊛ Incentivar o fomento e criação de editais, convocatórias, premiações ou chamadas públicas de conteúdo independentes.
- ⊛ Promover a atualização de conteúdos musicais para profissionais de emissoras públicas, Web Rádios e podcasts.
- ⊛ Estimular a produção de conteúdo de podcasts por profissionais especializados, com foco na diversidade de temas que integram o chamado ecossistema da música.
- ⊛ Impulsionar a criação musical e apoio a gravação de novos artistas, tendo como base o trabalho que já vem sendo desenvolvido pelo Selo Educadora Independente.

3

AÇÕES PRIORITÁRIAS RELACIONADAS AOS OBJETIVOS

- ⊛ Retomar o Conexão Brasil (programete de rádio com as novidades musicais de cada estado) para circulação nas emissoras da RNCP e Web Rádios.

Responsável: Rede Música Brasil (Mário Sartorello)

- ⊛ Realizar no primeiro trimestre uma reunião online entre Abrafin e a EBC/RNCP para apresentar o calendário de festivais para a realização de coberturas e transmissões pela rede das rádios e web rádios.

Responsáveis: Rede Música Brasil, EBC (Mário Sartorello) e Abrafin

- ⊛ Promover a aproximação da Rede Música Brasil com a Associação de Web Rádios

Responsável: Rede Música Brasil (Mário Sartorello)

- ⊛ Realizar o mapeamento de Blogs políticos e culturais, além de jornalistas musicais para o fortalecimento das editorias de cultura com o objetivo de estimular e aumentar a divulgação dos projetos da Rede Música Brasil.

Responsável: Rede Música Brasil (Luciano Matos)

- ⊛ **Propor a mediação da Funarte e o Minc junto ao Ministério das Comunicações, Embratur e Ministério do Turismo visando uma sensibilização para a compreensão de projetos culturais como potências econômicas e um possível suporte para essas ações desses ministérios.**

Responsável: Abrafin

- ⊛ **Garantir um percentual do Fundo Setorial da Música (a ser criado) para ações de difusão, como o apoio à infraestrutura para transmissão de festivais, produção de conteúdos para diversas plataformas e garantia da presença de profissionais para a cobertura dos projetos e eventos.**

Responsável: Rede Música Brasil | Abrafin e Funarte

- ⊛ **Realizar evento online com programadores musicais e integrantes da Rede Música Brasil visando a sensibilização e atualização sobre a cena atual da música independente brasileira.**

Responsável: Rede Música Brasil (Mário Sartorello)

- ⊛ **Criar um Manifesto/Release do encontro da Feira da Música Cariri retirando um documento do GT de Difusão para divulgação nas redes das entidades participantes.**

Responsável: Rede Música Brasil

- ⊛ **Pleitear a inserção de categorias específicas nos editais da PNAB para projetos de blogs, mídia independente e jornalismo cultural.**

Responsáveis: Rede Música Brasil e Funarte.

- ⊛ **Pleitear na Lei Rouanet 2025, PNAB e editais estatais que um percentual de verba de comunicação dos projetos de médio e grande porte sejam destinados para a divulgação em blogs locais, rádios e tvs públicas, web rádios e jornalismo musical independente.**

Responsáveis: Rede Música Brasil | Funarte.

- ⊛ **Garantir a participação de profissionais de comunicação para os eventos com estrutura operacional, por meio de um percentual do Fundo Setorial da Música a ser criado.**

Responsáveis: Rede Música Brasil | Funarte

- ⊛ **Acompanhar e repercutir ações de precarização do sistema público de comunicação brasileira.**

4

RESPONSÁVEL PRINCIPAL E POSSÍVEIS PARCEIROS PARA ARTICULAÇÃO DAS AÇÕES

**(PÚBLICOS, PRIVADOS, COLETIVOS,
SOCIEDADE CIVIL).**

Elencados nos objetivos.

5

POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DA REDE MÚSICA BRASIL NOS TEMAS DISCUTIDOS

Elencados nos objetivos.

6

RESULTADOS ESPERADOS

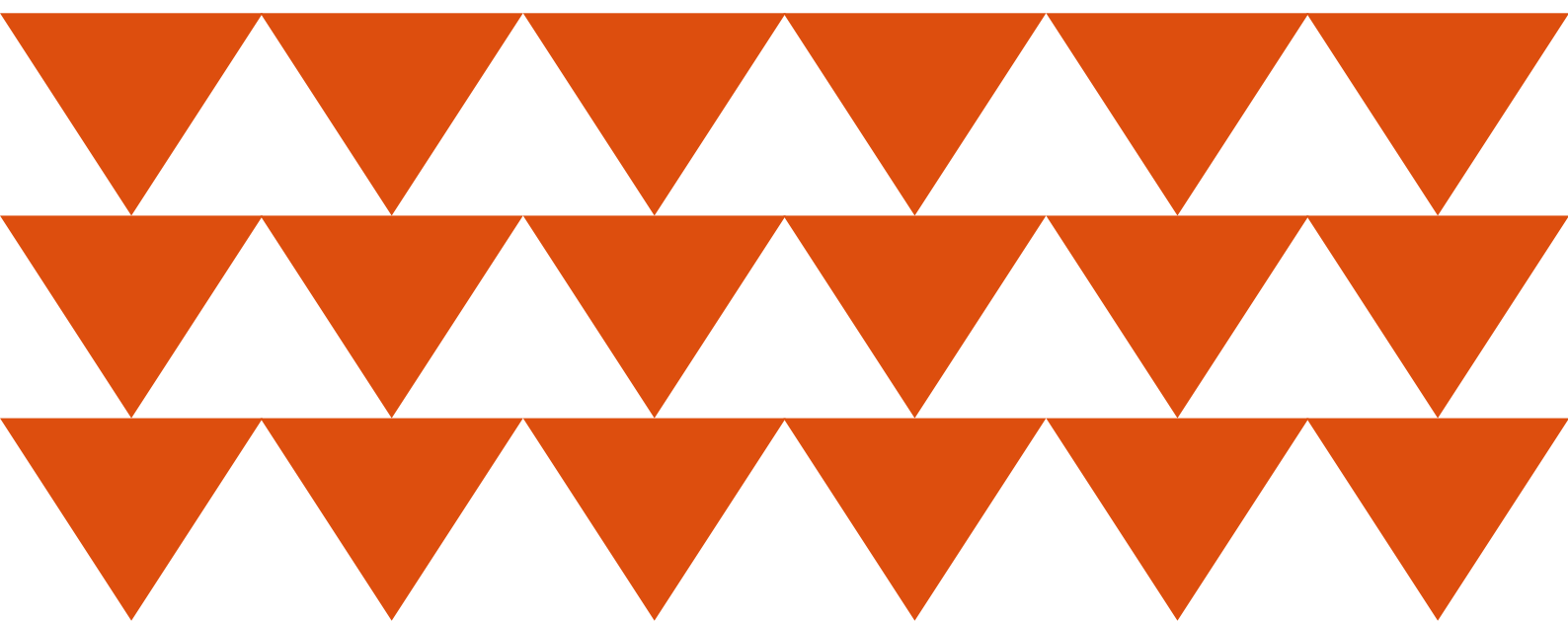
Fortalecimento, valorização e aproximação dos profissionais e canais do jornalismo cultural do setor da música, além de fortalecer e fomentar a difusão do produto cultural produzido no país.



NOTA DE REPÚDIO

O setor de música e radiodifusão do Brasil foi surpreendido pela proposta do governador Helder Barbalho de extinguir a FUNTELPA (Fundação Paraense de Radiodifusão), responsável pela Rádio e TV Cultura do Pará, por meio do Projeto de Lei 701/2024, enviado à Assembleia Legislativa do Estado. A FUNTELPA, com 46 anos de história, é um marco cultural não só para o Pará, mas para o Brasil, sendo vital para a difusão da cultura local e nacional. Sua extinção significaria a perda de um acervo valioso, construído ao longo de décadas por jornalistas e profissionais da comunicação, além de afetar a memória e a identidade cultural da Amazônia e do país. Em resposta, sindicatos, artistas, movimentos sociais e a sociedade civil estão unidos na luta pela preservação da radiodifusão pública e do legado da FUNTELPA.

As emissoras Cultura ficam! A Funtelpa fica!



GT2

DIFUSÃO

(INTERNACIONALIZAÇÃO)

1

CONJUNTURA ATUAL

PRINCIPAIS ASPECTOS

A música brasileira apresenta um cenário marcado por desafios e oportunidades. Mundialmente reconhecida por sua riqueza e diversidade cultural, a música brasileira mantém uma presença sólida em se tratando dos grandes nomes do mainstream. No entanto, segmentos como a música clássica, a música independente e outros estilos ainda enfrentam a necessidade de estratégias mais eficazes para alcançar maior visibilidade e projeção internacional.

2

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- ⊛ **Aumentar e aprimorar um edital permanente na área musical para passagens aéreas e apoio a artistas em turnês internacionais.**
- ⊛ **Incluir a música clássica com suas especificidades nas ações de circulação internacional e em feiras internacionais, além de viabilizar a vinda do Fórum Mundial de Ópera para o Brasil em 2032, onde a diretoria conta com duas representantes brasileiras.**
- ⊛ **Criar incentivos para projetos internacionais produzidos por brasileiros, facilitando a recepção de artistas em turnês no Brasil.**
- ⊛ **Fortalecer e aumentar verbas para o fundo latino-americano do Ibermúsicas para aumentar a possibilidade de circulação internacional.**
- ⊛ **Sensibilizar o Fórum dos Secretários Estaduais para a criação de editais de circulação nos estados, estimulando a participação em eventos e festivais internacionais.**

3

AÇÕES PRIORITÁRIAS RELACIONADAS AOS OBJETIVOS

- ⊛ **Articular com a Funarte, Embratur, futura nova da Agência de Música, Ministérios do Meio Ambiente, Segurança Pública e Educação, espaços culturais, Abrafin e festivais internacionais de forma a garantir slots destinados à música brasileira, com o apoio financeiro da gestão pública.**

Responsáveis: Funarte e Rede Música Brasil

- ⊛ **Estabelecer uma parceria com a ANAC para criar resoluções que garantam melhor atendimento aos músicos em circulação facilitando sua mobilidade, com ações como liberação de cobrança de bagagem extra para instrumentos musicais, prioridade em embarque e relocação.**

Responsáveis: Funarte, Rede Música Brasil, ANAC, Abrafin

- ⊛ **Estabelecer termos de cooperação entre órgãos internacionais, consulados e embaixadas para viabilizar financeiramente a circulação de músicos, formando um cluster de apoio.**

Responsáveis: Funarte e Rede Música Brasil

- ⊛ **Construção e compartilhamento de rotas musicais internacionais como uma estratégia para ampliar a presença da música brasileira em mercados internacionais.**

Responsável: Rede Música Brasil

- ⊛ **Promover a troca de tecnologias e práticas entre artistas, casas e eventos, estudando modelos de sucesso (Canadá, França, Colômbia) visando fortalecer a colaboração e a inovação nos processos de internacionalização.**

Responsável: Rede Música Brasil

- ⊛ **Articular a presença de escritórios de outras regiões do Brasil em feiras internacionais, assim como ocorreu com o escritório de São Paulo.**

Responsável: BM&A, Funarte, Rede Música Brasil

- ⊛ **Ações de diplomacia cultural e parcerias com embaixadas e organismos internacionais.**

Responsável: BM&A e Funarte

- ⊛ **Propostas de cooperação bilateral para obtenção de vistos e não-exigências de burocracias baseados no Acordo de São Borja Brasil-Argentina.**

Responsável: BM&A, Funarte e Rede Música Brasil

- ⊛ **Vinda de 32 agentes e jornalistas internacionais para o Brasil em 2025, em uma ação da BM&A.**

Responsável: BM&A

- ⊛ **Criação de uma comissão do GT2 dedicada para a internacionalização, abordando ações em andamento e discutindo melhorias para os editais já existentes.**

Responsáveis: Rede Música Brasil (Melina Hickson, Flávio de Abreu, Jarmeson Lima, Renée Chalu, Paulo Zé, Flávia Furtado, Daniel Morelo, Ivanna Tolotti, Fábio Pedroza, Ana Moraes Moreira, Thiago Cury)

- ⊛ **Mapear na América Latina e outros países mecanismos de circulação com apoio de passagens, hospedagens e diárias para que os artistas internacionais possam ser recebidos no Brasil.**

Responsáveis: BM&A, Funarte, Rede de Música Brasil

- ⊛ **Realizar mapeamento de festivais brasileiros com potencial turístico, com a colaboração de entidades como Abrafin, RMB e Embratur, para identificar oportunidades para a música brasileira no mercado global.**

Responsáveis: Abrafin, RMB, Embratur e Rede de Música Brasil

- ⊛ **Ação da ABMI com playlists para rádios internacionais via embaixadas com apoio da BM&A.**

⊛ *Responsável: ABMI, RMB, BM&A e Rede de Música Brasil.*

- ⊛ **Estabelecer planejamento de ações paralelas em 2025 do Ano do Brasil na França e Ano da França no Brasil**

⊛ *Responsável: BM&A e Rede de Música Brasil.*

- ⊛ **Incluir agentes, jornalistas, radialistas e pesquisadores estrangeiros nas rotas de circulação da música brasileira, proporcionando cobertura midiática internacional sobre os nossos artistas e sua música, ampliando a visibilidade fora do Brasil.**

Responsável: BM&A, Funarte e Rede de Música Brasil.

- ⊛ **Retomar a experiência e rearticulação de rádios latino-americanas.**

Responsável: Rede de Música Brasil (Sartorello).

4

RESPONSÁVEL PRINCIPAL E POSSÍVEIS PARCEIROS PARA ARTICULAÇÃO DAS AÇÕES

**(PÚBLICOS, PRIVADOS, COLETIVOS,
SOCIEDADE CIVIL).**

Elencados nos objetivos.

5

POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DA REDE MÚSICA BRASIL NOS TEMAS DISCUTIDOS

Elencados nos objetivos.

6

RESULTADOS ESPERADOS

Despertar novamente o interesse do mercado internacional pela música brasileira que não seja apenas os grandes nomes do mainstream, fortalecendo rotas internacionais e a sustentabilidade desse intercâmbio importante para que a diversidade da música brasileira tenha o espaço que merece no mercado internacional.

GT3

TRABALHO



1

CONJUNTURA ATUAL

PRINCIPAIS ASPECTOS

- ⊛ **Baixo acesso à direitos: saúde; previdência; férias; licenças, informalidade dos trabalhadores da música;**
- ⊛ **Pejotização da contratação dos músicos;**
- ⊛ **Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE não são suficientes, não são adequados para a diversidade de funções no campo cultural, mesmo com os avanços da pejotização;**
- ⊛ **Uberização do trabalho dos músicos através da contratação por meio de plataformas digitais com taxas absurdas e um pagamento irrisório;**
- ⊛ **Terceirização do trabalho no campo cultural;**
- ⊛ **Mercado de compra e venda de notas fiscais;**
- ⊛ **Jornadas de trabalho exaustivas;**
- ⊛ **Apropriação da subjetividade dos artistas pelas Big Techs (subjetividade virando mercadoria);**
- ⊛ **Ministério do Trabalho: baixa presença; ineficiência na fiscalização; desatualização da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO Cultura, inexistência de fiscalização de relações de trabalho por parte de delegacias e superintendências estaduais de trabalho;**

- ⊛ **Invisibilização do trabalho de mulheres no campo musical (tripla jornada, desigualdade em relações de gênero, desvalorização, assédio moral e sexual);**
- ⊛ **Desvalorização de músicos/artistas 60+;**
- ⊛ **Desvalorização de músicos/artistas/técnicos PcD's;**
- ⊛ **Ausência de um regime especial de previdência social que contemple o CPF, ou seja, a pessoa física;**
- ⊛ **Inexistência de uma família (ramo) dedicada a cultura no âmbito do Ministério do Trabalho;**
- ⊛ **Dificuldade de regulamentar o piso salarial, pela ausência de um órgão/entidade patronal para a elaboração de uma convenção coletiva de trabalho.**
- ⊛ **Reformulação da “Lei do Couvert” Lei Nº 117/23: um problema nacional. As leis atuais são frágeis, pouco transparentes, distribuição do que é arrecadado de forma desigual, prevalecendo a ingerência, a palavra final dos “donos de estabelecimentos”. O “couvert” transformou-se em mais uma fonte de renda para os proprietários dos referidos estabelecimentos.**

SOBRE OS SINDICATOS

DIFICULDADES DE TRABALHADORAS

E TRABALHADORES PARA ACESSAR O SINDICATO

- 1. Dificuldades na comprovação de trabalhos realizados para obtenção de registro profissional;**
- 2. Bases que não conhecem os seus sindicatos;**
- 3. Baixa sindicalização;**
- 4. Ausência de formação sindical;**
- 5. Ausência de assembleias, reuniões e eleições democráticas nos sindicatos;**

- 6. Perseguição, por parte dos contratantes, aos membros dos sindicatos, com queda nos convites para trabalhos;**
- 7. Falta de entidades patronais para a realização de convenções coletivas;**
- 8. Baixa consciência de Classe;**
- 9. Desconhecimento dos próprios direitos.**

2

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Objetivo 1: Fortalecer os sindicatos e os órgãos de fiscalização e controle do mundo do trabalho (Delegacias regionais, Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho) no campo da música;

Objetivo 2: Criar e fortalecer políticas de diversidade, equidade e inclusão, através da geração de trabalho, emprego e renda (editais, programas, chamadas públicas) para músicos/artistas 60+, PcD's, Mulheres, LGBTQIAPN+ e étnico-racializados, com condições justas de trabalho e paridade salarial;

Objetivo 3: Criar Políticas Públicas que insiram as “Casa de Apoio aos Músicos/Artistas” para músicos/técnicos/artistas em situação de vulnerabilidade em programas do Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Ministério da Saúde, Ministério da Previdência e Ministério da Educação.

Objetivo 4: Criar um regime especial de previdência social no campo da cultura/música que contemple o CPF, ou seja, a pessoa física;

Objetivo 5: Incluir garantias de direitos básicos como 13º salário, férias remuneradas, descanso semanal remunerado e horas extras, adaptando essas medidas à realidade dos trabalhos temporários na música, podendo incluir uma análise mais aprofundada sobre a nota contratual e o contrato de trabalho intermitente;

Objetivo 6: Definir mecanismos para garantir acesso a direitos previdenciários, considerando a natureza intermitente e sazonal do traba-

lho no setor. Uma proposta seria adaptar o modelo de contribuição previdenciária para que os trabalhadores tenham acesso à aposentadoria, licença-saúde e outros benefícios, mesmo com vínculos temporários e intermitentes;

Objetivo 7: Regular as condições de trabalho nos eventos culturais, que muitas

vezes envolvem montagem de cenários, manejo de equipamentos pesados e trabalho em condições de risco. Propor a inclusão de normas de segurança específicas (NR-10 e NR-35), baseadas em estudos de casos do setor.

Objetivo 8: Criar uma Família Ocupacional para o campo da cultura na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) a fim de reconhecer e regulamentar as ocupações no setor musical;

Objetivo 9: Realizar um levantamento nacional da situação dos sindicatos da cultura, estado por estado, com o objetivo de identificar as necessidades e desafios enfrentados por essas entidades;

Objetivo 10: Criar um fundo previdenciário voltado às entidades sindicais e profissionais da música no âmbito da previdência e assistência social;

Objetivo 11: Criar um Estatuto do Trabalhador da Cultura e Eventos, a fim de garantir direitos trabalhistas e previdenciários específicos de natureza intermitente e sazonal.

Objetivo 12: Incluir artistas, técnicos e outras ocupações relacionadas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). **Breve explicação:** Profissionalização do setor por meio da definição e normatização de profissões é necessária. É fundamental para reconhecer formalmente suas atividades e garantir-lhes os direitos e benefícios associados a suas profissões.

Objetivo 13: Aprimorar as CBOs (Classificação Brasileira de Ocupações) relacionadas à cultura a fim de explicitar as especificidades e particularidades das profissões do campo cultural. **Breve**

explicação: Sugere-se a inclusão de novas ocupações e a atualização das descrições já existentes, de modo a garantir uma representação mais fiel e detalhada do setor cultural no mercado de trabalho.

Objetivo 14: Defender a redução da jornada 6x1 para que trabalhadores celetistas disponham de saúde física e mental plena além do tempo para o exercício e desenvolvimento de sua carreira profissional.

Objetivo 15: Estimular o cooperativismo, o associativismo e a solidariedade no segmento musical.

3

AÇÕES PRIORITÁRIAS RELACIONADAS AOS OBJETIVOS

- ⊛ **Revisão das descrições ocupacionais:** recomenda-se um processo colaborativo de revisão, onde as descrições das atividades para cada ocupação cultural e de eventos sejam realizadas junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, Sindicatos e representantes da cultura e eventos (Objetivo 1, 12 e 13);
- ⊛ **Valorização e proteção dos trabalhadores:** definir diretrizes claras para a contratação de profissionais, assegurando condições dignas de trabalho e garantindo os direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores envolvidos nos eventos e festivais. É fundamental discutir a proteção dos trabalhadores envolvidos nesses projetos, especialmente os que atuam em condições de intermitência ou em contratos temporários, assegurando que os financiamentos públicos também garantam direitos trabalhistas e previdenciários (Objetivo 1 e 4);
- ⊛ **Promover um mapeamento e mobilização sindical** a fim de identificar as necessidades e desafios enfrentados por essas entidades em todos os estados da federação e Distrito Federal (Objetivo 1);

- ⊛ **Promover a modernização da gestão sindical através da formação de novos quadros de liderança no setor (Objetivo 1);**
- ⊛ **Realizar campanhas de comunicação a fim de esclarecer o papel e a importância dos sindicatos na defesa dos direitos sociais e trabalhistas (Objetivo 1);**
- ⊛ **Aprimorar as habilidades e recursos dos sindicatos objetivando a defesa dos interesses de seus membros, mudanças nas condições de trabalho e nas políticas públicas para o setor (Objetivo 1);**
- ⊛ **Desvelar a dupla personalidade jurídica dos trabalhadores da cultura diferenciando aqueles que atuam tanto como Pessoa Física quanto como Pessoa Jurídica. Breve explicação: é preciso diferenciar a função do empresário, da função do trabalhador e prestador de serviços. Existem casos, em que o músico, através do seu CNPJ, contrata outros prestadores de serviço. E em outras ocasiões: é contratado por empresas e equipamentos culturais públicos e/ou privados. Além disso, é preciso separar a dupla condição de trabalhador e empresário e a dupla representação sindical (Objetivo 1);**
- ⊛ **Criação de Cadastro Único dos Trabalhadores da Cultura que facilite o acesso a programas e benefícios governamentais e contribua para a formulação de políticas direcionadas às necessidades específicas desses trabalhadores.**
- ⊛ **Estimular a realização de convenções coletivas de trabalho no âmbito das legislações trabalhistas atuais e de vínculo não formal, que diferem da estrutura tradicional de emprego. Breve explicação: Isso inclui discutir como as convenções podem ser ajustadas para atender às necessidades específicas de trabalhadores em ambientes não regulamentados ou em situações de trabalho flexível, intermitente ou informal. É necessário promover uma compreensão mais ampla e inclusiva dos direitos e deveres dos trabalhadores e empregadores em diferentes contextos e vínculos de trabalho (Objetivo 1).**

- ⊛ **Promover a formação e certificação dos profissionais que atuam no campo musical. Breve explicação: o papel da formação é compartilhado entre os sindicatos e as instituições de ensino, com os sindicatos sendo responsáveis por capacitar os trabalhadores para as demandas específicas do mercado de trabalho e fortalecer a organização coletiva, enquanto as instituições de ensino fornecem a base teórica e técnica, formando profissionais qualificados para atuar em suas respectivas áreas (Objetivo 1).**
- ⊛ **Criação de uma Federação de Sindicatos dos Músicos (Objetivo 1).**
- ⊛ **Profissionalização do setor por meio da definição e normatização de profissões. A inclusão de artistas, técnicos e outras ocupações relacionadas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e na Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) é fundamental para reconhecer formalmente suas atividades e garantir-lhes os direitos e benefícios associados a suas profissões (Objetivo 12).**
- ⊛ **Instituições de pesquisa e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -sugere-se repensar o Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares – COD e a CBO para abarcar de maneira mais abrangente e precisa as atividades culturais. Esse ajuste permitiria uma melhor captura dos dados estatísticos relativos às ocupações culturais, possibilitando uma análise mais aprofundada e uma formulação de políticas públicas mais eficazes para o setor. Ademais, é necessário se pensar na comparabilidade entre os dados estatísticos produzidos pelo IBGE e os dados administrativos de outros órgãos da administração pública (Objetivo 12).**
- ⊛ **Apresentar as demandas e recomendações ao Ministério do Trabalho e Emprego para iniciar o processo de revisão formal da CBO e da CNAE. Esse diálogo deve incluir a identificação de ocupações desatualizadas ou ausentes nos setores da música e dos eventos e os serviços necessários nestas cadeias.**

4

RESPONSÁVEL PRINCIPAL E POSSÍVEIS PARCEIROS PARA ARTICULAÇÃO DAS AÇÕES

- ⊛ **Ministério da Cultura (Objetivos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11)**;
- ⊛ **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) (Objetivo 3 e 11)**;
- ⊛ **Ministério do Trabalho (Objetivos 1, 2, 3, 8, 9 e 11)**;
- ⊛ **Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) (Objetivo 15)**
- ⊛ **Ministério da Previdência Social (Objetivos 3, 4, 5, 6, 7 e 11)**;
- ⊛ **Ministério do Planejamento e Orçamento (Objetivo 10)**;
- ⊛ **Ministério da Fazenda (Objetivo 4 e 10)**;
- ⊛ **Ministério da Gestão e Inovação (Objetivo 10)**;
- ⊛ **Câmara dos Deputados (Objetivo 8 e 11)**;

- ⊛ **Senado Federal (Objetivo 8 e 11);**
- ⊛ **Ministério Público do Trabalho (Objetivo 1 e 9);**
- ⊛ **Ministério da Saúde (Objetivo 3);**
- ⊛ **Ministério da Educação (Objetivo 3);**
- ⊛ **Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (Objetivo 2).**
- ⊛ **Ministério das Mulheres (Objetivo 2);**
- ⊛ **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Objetivo 7 e 12);**
- ⊛ **Sistema S – Senai, Sesi, Senac, Sesc, Sebrae, Senar, SESCOOP, Sest, Senat (Objetivo 1).**

5

POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DA REDE MÚSICA BRASIL NOS TEMAS DISCUTIDOS

- ⊛ Criação de um Grupo de Trabalho – GT específico na Rede Música Brasil sobre as CBO e CNAE da Música, prevendo a exclusão de ocupações que se tornaram obsoletas, assim como a inclusão das ocupações e serviços que surgiram recentemente com a revolução tecnológica e as novas demandas culturais.
- ⊛ Realizar campanhas de comunicação a fim de esclarecer o papel e a importância dos sindicatos na defesa dos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas;
- ⊛ Criação de um GT de *Advocacy* para articulação com os poderes executivo e legislativo, acompanhamento de programas, políticas e projetos de leis de interesse da música, bem como a articulação e captação de emendas para execução de projetos da Rede.

- ⊛ **Criação de um GT para a discussão sobre o Estatuto da Cultura do Brasil (Regime jurídico que estabelece regras especiais para os profissionais da área da cultura relativas a: Registo dos profissionais da área da cultura; Regime laboral e de prestação de serviços; Regime de proteção social), com o estudo das experiências internacionais (Portugal, Bélgica, França, Colômbia e Chile).**
- ⊛ **Discussão com os diversos agentes envolvidos na Rede (contratantes e contratados) para construção de uma tabela de valores a fim de referenciar cachês, serviços, pisos salariais e jornadas de trabalho.**

6

RESULTADOS ESPERADOS

Resultado 1 – Criação de um Estatuto da Cultura do Brasil, a fim de garantir direitos trabalhistas e previdenciários específicos, de natureza intermitente e sazonal;

Resultado 2 – Criação do fundo previdenciário voltado às entidades sindicais e profissionais da música no âmbito da previdência e assistência social;

Resultado 3 – Realização de um levantamento nacional da situação dos sindicatos da cultura, estado por estado, com o objetivo de identificar as necessidades e desafios enfrentados por essas entidades;

Resultado 4 – Criação de um regime especial de previdência social no campo da cultura/música que contemple o CPF, ou seja, a pessoa física;

Resultado 5 – Criação de uma Família Ocupacional para o campo da cultura na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) a fim de reconhecer e regulamentar as ocupações no setor musical;

Resultado 6 – Inclusão de artistas, técnicos e outras ocupações relacionadas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Entidades e representantes

Alê Capone (Articulação Nacional das Trabalhadoras e dos Trabalhadores em Eventos – ANTE)

Amaudson Ximenes (Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Ceará) Teofilo Pereira de Lima (Sindicatos dos Músicos do Rio de Janeiro)

Pedro Cezar (Fora do Eixo) Carla Zvertlana (Relatora)

GT4

**FORMAÇÃO
E MEMÓRIA**



1

CONJUNTURA ATUAL

PRINCIPAIS ASPECTOS

1.1 FORMAÇÃO

A Lei 11.769/2008 foi substituída pela lei 13.278/2016 que não revoga aquilo que a lei anterior estipulou como direito. No entanto, diversos problemas ainda persistem, tais como: editais de concursos nos quais persiste a exigência do profissional polivalente, inviabilizando o ingresso de licenciados em música na carreira docente ou exigindo deles uma atuação nas outras linguagens artísticas para a qual não estão habilitados.

A regulamentação da Lei permanece vaga, induzindo a que professores de outras áreas ministrem conteúdos de música, mesmo quando há profissionais licenciados em música disponíveis localmente.

A presença das atividades musicais nas escolas de forma não curricular é positiva e merece fortalecimento, inclusive por estimular o vínculo entre escola e comunidade e a inserção dos saberes populares na escola. Porém, tem sido utilizada como pretexto para a não inserção efetiva da música nos currículos, corroborando para a não realização de concursos para professores de música.

Não há mapeamento e levantamento nacional atualizado quanto à presença da música no currículo das escolas de educação básica, bem como de professores de música licenciados na área.

IESs privadas vêm ofertando graduações polivalentes que contemplam o perfil profissional exigido por editais de concursos de professores, indo na contramão da formação específica que é ofertada nas universidades públicas.

Nas condições atuais, o mercado se apresenta ao músico como espaço de comercialização degradante do trabalho, comprometendo o planejamento de carreira e a própria ideia de sustentabilidade. Considerando-se a realidade dos mecanismos atuais de produção e difusão da música, verifica-se, de maneira geral, que: 1) O músico e outros agentes da cadeia produtiva não estão via de regra capacitados para planejamento de uma carreira sustentável no setor musical; 2) É incipiente, nos cursos de graduação em música, a oferta de conteúdos formativos nesse campo.

No que concerne à formação técnica para profissionais da cultural, cabe destacar que as competências para a realização das atividades técnicas para eventos, espetáculos musicais e estúdios de gravação são adquiridas, via de regra, de forma empírica no próprio mundo do trabalho. Há carência de profissionais qualificados nesse setor (por exemplo: técnico de som, engenheiro de som, iluminador, roadie, cenotécnico, produtor executivo de eventos musicais). Há carência de espaços formais de capacitação nessas áreas.

No campo das Bandas de Música tradicionais (de coreto), verifica-se falta de articulação entre os entes estaduais e municipais. Embora sejam espaços de formação musical de ampla capilaridade, não são suficientemente assistidas pelas políticas públicas.

1.2 MEMÓRIA

A área de música é representada de forma pouco evidente e quase sempre de forma indireta ou subentendida nas políticas públicas de gestão de acervos.

A grande maioria dos acervos de interesse musical pertence a instituições, coleções particulares ou familiares não contempladas por políticas públicas e sem estrutura suficiente para a classificação e

catalogação de documentos, fazendo com que os acervos musicais não sejam adequadamente monitorados por órgãos competentes ou pela própria sociedade, acarretando problemas de conservação, extravio, alienação e dispersão.

Não há uma política nacional que oriente as instituições sobre a gestão de acervos musicais no estabelecimento de diretrizes para a conservação preventiva, gerenciamento de riscos, conservação integrada, preservação sustentável, pesquisa e desenvolvimento em preservação de acervos, educação patrimonial e outros.

Ressente-se da falta de uma cultura de preservação do patrimônio musical e de consciência social a respeito da importância histórica e cultural destes acervos.

Ausência de um mapeamento nacional sistemático de acervos musicais, incluindo acervos e coleções particulares e familiares, acervos de bandas de música e orquestras públicas ou privadas, embora alguns projetos regionais ou temáticos já tenham sido realizados.

Digitalização ainda incipiente de documentos, arquivos e coleções para a preservação do seu conteúdo. A quantidade de instituições brasileiras que iniciaram o processo de digitalização de seus acervos audiovisuais é muito pequena, diante do volume de acervos físicos existentes e da situação precária de grande parte deles. Como resultado, nas próximas décadas, a pesquisa, na quase totalidade dos acervos de interesse musical no Brasil, ainda terá que ser feita, principalmente, por meio da localização e da consulta de itens físicos de modo presencial, nas próprias instituições.

2

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

2.1 FORMAÇÃO

- 2.1.1** Orientar os sistemas de ensino para a realização de concursos para professor da Educação Básica condizentes com a formação específica de cada linguagem: licenciatura em música, licenciatura em artes visuais, licenciatura em teatro, licenciatura em dança.
- 2.1.2** Orientar os sistemas de ensino para que os gestores de escolas não obriguem os profissionais licenciados em música a atuarem de forma polivalente, em desacordo com sua formação.
- 2.1.3** Estimular a presença da música no currículo da Educação Básica.
- 2.1.4** Estimular a diversidade nas aulas de música na Educação Básica, contemplando expressões regionais, questões étnico-raciais, de gênero e de inclusão de pessoas com deficiência, entre outras, em consonância com documentos oficiais normativos e norteadores nesse campo.
- 2.1.5** Estimular projetos que contemplem música, inclusive em escolas de Educação Básica.

- 2.1.6** Apoiar projetos sociomusicais atuantes em todo o território nacional.
- 2.1.7** Democratizar o acesso ao conhecimento dos mecanismos de produção e difusão de música, inclusive no ambiente digital, com a finalidade de capacitar para a autogestão de carreira.
- 2.1.8** Indução à inclusão de conteúdos formativos referentes à autogestão de carreira nos cursos de graduação em música.
- 2.1.9** Estimular a criação de cursos livres, técnicos e tecnológicos e de especialização para profissionalização de técnico de som, engenheiro de som, iluminador, roadie, cenotécnico e produtor executivo de eventos musicais.

2.2 MEMÓRIA

- 2.2.1** Zelar pela integridade dos acervos musicais, contribuir para sua conservação, manutenção, valorização, disponibilização e difusão, por meio de:
 - Mapeamento de acervos musicais brasileiros, incluindo acervos e coleções particulares e familiares, acervos de bandas de música e orquestras públicas ou privadas, e disponibilizar publicamente o mapeamento.
 - Aprimoramento do trabalho arquivístico, bibliográfico e museológico naquilo que concerne às especificidades dos acervos musicais.
 - Ampliação do fomento das atividades de conservação, manutenção, valorização, disponibilização e difusão dos acervos musicais;

- Estímulo às instituições de pequeno e médio porte para a formulação de sua própria política e seus planos de gestão de acervo;
- Criação e implementação de uma política nacional para os acervos musicais.
- Incremento de apoio financeiro governamental para a conservação e manutenção de acervos musicais.

3

AÇÕES PRIORITÁRIAS RELACIONADAS AOS OBJETIVOS

3.1 FORMAÇÃO

- 3.1.1** Articulação entre MinC e MEC na criação de orientações **para a realização de concursos públicos para professor de Educação Básica** condizentes com a formação ofertada pelos cursos de licenciatura da área de artes, que é específica para cada uma das linguagens artísticas: Música, Artes Visuais, Teatro e Dança
- 3.1.2** Articulação entre MinC e MEC na criação de orientações que garantam a coerência entre a formação e a atuação de professores da Educação Básica Licenciados em Música, evitando-se a cobrança de uma atuação polivalente, inclusive nos estágios supervisionados.
- 3.1.3** Difundir, junto às Secretarias de Educação de Estado e Municipais, casos de boas práticas de implementa-

ção de música nas escolas, de maneira a estimular a implementação em municípios onde não esteja implementada, inclusive divulgando materiais didáticos e paradidáticos disponíveis. (Funarte/MinC, SEDUCs, SECULTs)

- 3.1.4** Financiamento da produção e da difusão de material formativo sobre os mecanismos de produção e difusão de música, inclusive no ambiente digital. (FUNARTE, MINC, MEC, Escolas de formação livre, secretarias de estado de cultura ou equivalentes).
- 3.1.5** Constituição de Grupo de Trabalho para realização de estudos e mapeamentos que subsidiem as iniciativas em prol da formação/qualificação no campo da música (p. ex: levantamento de fundos de financiamento já existentes que possam custear projetos educativos/formativos em música; mapeamento de cursos na área técnica da música; levantamento georreferenciado dos municípios com implementação de música nas escolas; levantamento quantitativo de licenciados etc.).
- 3.1.6** Mapeamento das instituições e cursos, públicos e privados, voltados para a formação de profissionais de eventos, espetáculos musicais e estúdios de gravação. (Rede Música Brasil)
- 3.1.7** Memória
- 3.1.8** Levantar a estratégia mais propícia à realização de um mapeamento nacional e continuado dos acervos musicais; (Rede Música Brasil)
- 3.1.9** Criação de manuais específicos para conservação, manutenção, valorização, disponibilização e difusão dos acervos musicais (MINC, IBRAM, Arquivo Nacional);

- 3.1.10** Criação de orientações para a formulação de planos de gestão de acervos voltadas para instituições de pequeno e médio porte (MINC, IBRAM, Arquivo Nacional);
- 3.1.11** Incentivo e apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados para a preservação, valorização, disponibilização e difusão dos acervos musicais (Agências e Fundações de Fomento à Pesquisa, MINC, Universidades);
- 3.1.12** Articulação institucional junto aos órgãos competentes para a criação e implementação de uma política nacional para os acervos musicais. (Rede Música
- 3.1.13** Brasil, MINC, Universidades, IBRAM, Arquivo Nacional).
- 3.1.14** Articulação institucional junto aos órgãos competentes para a ampliação do financiamento para a conservação e manutenção de acervos musicais (Rede Música Brasil).

4

RESPONSÁVEL PRINCIPAL E POSSÍVEIS PARCEIROS PARA ARTICULAÇÃO DAS AÇÕES

4.1 FORMAÇÃO

- MinC (Ações: 3.1.1; 3.1.2; 3.1.3; 3.1.4;)
- MEC (Ações: 3.1.1; 3.1.2; 3.1.4)
- SEDUCs (Ação 3.1.3)
- SECULTs (Ação 3.1.3; 3.1.4)
- FUNARTE (Ações: 3.1.3; 3.1.4)
- Escolas de formação livre (Ação: 3.1.4)
- Rede Música Brasil (Ações: 3.1.5; 3.1.6)

4.2 MEMÓRIA

- Rede Música Brasil (Ações: 3.2.1; 3.2.5; 3.2.6)
- MINC (Ações: 3.2.2; 3.2.3; 3.2.4; 3.2.5)
- IBRAM (Ações: 3.2.2; 3.2.3; 3.2.5)
- Arquivo Nacional (Ações: 3.2.2; 3.2.3; 3.2.5)
- Agências e Fundações de Fomento à Pesquisa (Ação: 3.2.4)
- Universidades (Ação: 3.2.4)

5

POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DA REDE MÚSICA BRASIL NOS TEMAS DISCUTIDOS

5.1 FORMAÇÃO:

- Articular recursos financeiros junto às empresas do setor musical, representadas por entidades como: PROMUSICA, UBEM, ECAD e as plataformas de *streaming*, de maneira a participar do custeio de programas de qualificação profissional.
- Constituição de Grupo de Trabalho para realização de estudos e mapeamentos que subsidiem as iniciativas em prol da formação/qualificação no campo da música.

5.2 MEMÓRIA

- Constituição de Grupo de Trabalho para realização de estudos e mapeamentos que subsidiem as iniciativas em prol dos acervos musicais
- Interlocução entre instituições para o mapeamento dos acervos nacionais;
- Difusão das ações locais e de exposição dos acervos.

6

RESULTADOS ESPERADOS

6.1 FORMAÇÃO

- 6.1.1** Elaboração de orientações conjuntas entre MinC e MEC para concursos públicos, promovendo maior coerência entre formação acadêmica e prática profissional.
- 6.1.2** Publicação de diretrizes que assegurem a coerência entre a formação e a atuação de professores licenciados em Música, eliminando exigências de polivalência não previstas na formação e assegurando práticas condizentes com as especificidades da área durante os estágios supervisionados.
- 6.1.3** Ampliação do número de municípios com programas de música implementados nas escolas, em articulação com secretarias estaduais e municipais.
- 6.1.4** Criação de materiais formativos e didáticos sobre produção e difusão de música, incluindo estratégias para atuação em ambiente digital, disponibilizados para escolas de formação livre, professores e gestores culturais
- 6.1.5** Realização de estudos e mapeamentos detalhados que orientem políticas públicas.

- 6.1.6** Criação de um banco de dados atualizado e acessível com informações sobre instituições e cursos voltados à formação de profissionais para eventos, espetáculos musicais e estúdios de gravação.

6.2 MEMÓRIA:

- 6.2.1** Acervos musicais brasileiro mapeados;
- 6.2.2** Atuação mais qualificada de profissionais em acervos musicais;
- 6.2.3** Manuais específicos para conservação, manutenção, valorização, disponibilização e difusão dos acervos musicais elaborados e publicados;
- 6.2.4** Acordos de cooperação entre Universidade e acervos musicais implementados;
- 6.2.5** Documentos de orientação para gestão de acervos musicais elaborados e publicados;
- 6.2.6** Política nacional para os acervos musicais criada e implementada;
- 6.2.7** Recursos financeiros governamentais para fomento à conservação de acervos musicais ampliados.

O Plano Estratégico foi concebido segundo a metodologia de pesquisa-ação, sendo esta uma forma de pesquisa interativa que visa compreender as causas de uma situação e produzir mudanças. É uma estratégia de colaboração e aprendizagem em projetos individuais ou ações em equipes. Assim, no primeiro momento sugere-se o levantamento da conjuntura, consolidando a visão dos subgrupos sobre os principais fatores a serem considerados no Plano, de forma que os resultados esperados no final sejam as mudanças que se quer alcançar a partir das estratégias e do engajamento dos diferentes atores reunidos no Encontro.

TABELA DE PARTICIPANTES POR GT



encontro rede música brasil
crato/ce – 11 a 14/12/2024

GT1 GESTÃO PÚBLICA

Danielle Nigromonte (Funarte - Consultora)

Luis Felipe Radicetti Pereira (Musimagem Brasil)

Felippe Llerena (ABMI)

Daniel Gonçalves Morelo (MM Projetos Musicais LTDA)

Gilmar Dantas Silva (Coletivo Suíça Bahiana)

Maria Augusta A Braga (Guta Braga) (MCT - Música, Copýright e Tecnologia)

J. Mauricio O. Bussab (Tratore Distribuição)

Heloisa Aidar (Boa Música)

Luciana Adão de Paula Andrade Richard (Oi Futuro)

Caio Mariano (Caio Mariano Advogados)

Daniel Neves (ANAFIMA - Associação Nacional da Indústria da Música)

Ramon Martorano Suarez Pardo (Vila do Porto)

José Geraldo da Silva (Fórum Nacional da Música)

Gláfira Fonseca Lôbo Gonçalves (Fórum Nacional da Música)

Lairton Oliveira da Silva (Fórum Nacional da Música / Fórum Setorial de Música do Amazonas)

Ricardo Appezzato (Santa Marcelina Cultura)

Andrea Cervi Francez (Francez Advogados)

Michaela Sarmento Portela Couto (UBEM)

Téo Massignan Ruiz (FIMS - Feira Internacional de Música do Sul)

Maria de Fátima Gomes dos Santos (Maria Gomes)

Pena Schmidt (#listasdaslistas)

Rayan Lins Cordeiro (Toroh Música&Cultura)

Manoel Alberto Rolla vilas boas neto (Mídia Ninja / Fora do Eixo)

Renio Quintas (Fórum Nacional da Música)

José Jaeson de Alencar (Fórum Nacional da Música)

Cecília Rabelo BRA Advocacia Artística e Cultura

Camila Rodrigues (Instituto Mirante)

Vitor Campos Menezes (Fora do Eixo / Mídia NINJA / Fósforo Cultural / Associação Crimeia Resistência)

Joyce Athie (FUNARTE)

Talita Cordeiro Alves (ABMI)

Gilberto Monte Lima (IN-VENTO)

Fabio Pedroza (ABRAFIN - Associação BRasileira de Festivais Independentes)

Isabel Amorim Sicherle (ECAD)

Gabriel Macedo Rodrigues (Banco do Nordeste Cultural)

Vanessa Cahu Schutt (UBC)

Aíla de Nazaré Campos Magalhães da Costa (11:11 ARTE)

Antonia Lucia Paz Rodrigues (Vila da Música)

Américo Córdula (Centro Cultural do Cariri)

Rodrigo Gomes Wanderley (ABRAFIN)

Daniela Ribas (Sonar Cultural)

GT2 DIFUSÃO

Simone Marçal (Formemus)

Mario C. Sartorello (Coletivo Radialivres)

Luciano Barreto de Matos (Radioca/ el Cabong)

Barral Lima (Ultra Music)

Jarmeson de Lima Nascimento (Festival no Ar Coquetel Molotov)

Flávia Furtado (Festival Amazonas de Ópera)

Renée Chalu Rocha de Medeiros (Se Rasgum Produções)

Ana Moraes Moreira (Alter do Som)

Leonardo Feijo Sampaio (Leo Feijó) (Escola Música e Negócios / Gênesis PUC-Rio)

Bernardo Sampaio Dias (Autêntica)

Téo Massignan Ruiz (FIMS - Feira Internacional de Música do Sul)

Carlos Eduardo Ferreira Smith (Circo Voador)

Rio Bantu Fulô do Kariri (Kilombo Erês (Os Mavambos/Coquistas de Tia Toinha) e Samba da Mestra Mãe Alexandrina)

Gabriela Soares de Araújo Góes (FUNARTE)

Heluana Quintas de Lima (Coletivo Palafitas)

Flavio de Abreu (BM&A)

Ana Morena Tavares Ramos (Do Sol)

Fabio Pedroza (Infinu/Festival Convida/Abrafim)

Irlana Toledo Cassini (Fora do Eixo / Mídia Ninja)

Victor Diniz (Híbrido.cc / SENSACIONAL! / FESTA DA LUZ)

Gabriel Campos (Centro Cultural do Cariri)

Elisa Maia de Paula Assis (Coletivo Difusão)

Thiago de A S H Cury (Música Estranha Festival - Rede de Música Exploratória do Brasil)

Renata Pimenta Tinoco Monnerat (SESC Departamento Nacional)

Hilreli Alves Soares (Independente)

Karina Nezio Jurkevicz Sembay (Independente)

Vince Athayde (ABRAFIN)

Paulo de Tarso Fontenla Barcellos Filho (Morrostock / ABRAFIN / Fora do Eixo / RS Música)

GT3 TRABALHO

Amaudson Ximenes Veras Mendonça (Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Ceará)

Teofilo Pereira de Lima (Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro)

Mário André Wanderley Oliveira (ABEM/UFRN)

Alexandra Ferreira Gonçalves (Alê Capone) (ANTE)

GT4 FORMAÇÃO E MEMÓRIA

Tomaz Retz Vilela Pinto (Instituto Casa do Choro)

Marina de Castro Lutfi (Cacumbu Produções / Acervo Sérgio Ricardo Memória Viva)

Magali Kleber (Associação de Amigos do Festival de Música de Londrina)

Luciano Barbosa Apolinário (Original Rep Kariri)

Rosana Gonçalves Lemos (FUNARTE/MinC)

Maria Clara Costa de Souza (MUV capital/ ABMI)

Maya Suemi Lemos (UERJ)
